

ESTADO DE SANTA CATARINA
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CORONEL FREITAS/SC
Katherine Scherer Clarinda - Oficiala Registradora

ADJUDICAÇÃO (JUDICIAL) (Art. 840 - 845 do CNCGFE/SC)
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
<p>1. REQUERIMENTO: Formulado pelo interessado, com qualificação completa e assinatura reconhecida, indicando o(s) número(s) da(s) matrícula(s);</p> <p>Observação: <u>o reconhecimento de firma poderá ser dispensado se o requerente assinar na presença de colaborador desta Serventia Registral</u>, apresentando documento de identificação;</p> <p>Na qualificação dos requerentes/proprietários, constar:</p> <p>Se Pessoa Física: nome completo, sem abreviaturas; nacionalidade; domicílio, contendo o logradouro, o número, bairro, cidade e Estado; data de nascimento; indicação do estado civil; sendo casado, nome e qualificação completa do cônjuge e regime de bens do casamento, bem como data em que foi celebrado ou se este o foi antes ou depois da Lei n. 6.515/77; e número do CPF.</p> <p>Se pessoa jurídica: nome empresarial; endereço da sede social, contendo o logradouro, o número, Cidade e Estado; e CNPJ da matriz.</p> <p>Se representado por procurador: se alguma das partes for representada por procurador, apresentar procuração por Certidão ou Traslado quando for procuração pública. Caso seja procuração particular, apresentar o instrumento original com assinatura reconhecida do mandante.</p>
2. Carta de adjudicação expedida pelo juízo prolator da decisão;
3. Sentença ou decisão a ser cumprida;
4. Certidão de trânsito em julgado , quando for o caso, podendo tal informação ser obtida através do Eproc, ou outro sistema que o substitua.
5. Guia de recolhimento do imposto devido;
Observação: Poderá ser o ITCMD se for oriundo de inventário, ou ITBI em outros casos.
6. Além dos requisitos legais exigidos para o ato a ser praticado, o registro de título judicial deverá conter: I – a identificação do juízo; II – o número do processo; e III – o valor da causa ou do débito , que servirá para o cálculo dos emolumentos e da taxa do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ).



ESTADO DE SANTA CATARINA
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CORONEL FREITAS/SC
Katherine Scherer Clarinda - Oficiala Registradora

6. **Caso seja necessário averbar a atualização da localização do terreno urbano ou o número** da inscrição imobiliária do imóvel na matrícula respectiva **apresentar mapa/memorial descritivo** expedido pelo Município de localização do imóvel.

Observação: Para solicitar o mapa de localização deve ser apresentada a certidão de inteiro teor da matrícula que pode ser solicitada diretamente no Balcão deste Cartório ou via central eletrônica no <https://registradores.onr.org.br/>.

8. Quando se tratar de imóvel rural, apresentar:

- **CCIR** – INCRA;
- Prova de quitação do **ITR** e
- Recibo de inscrição no **CAR** – Cadastro Ambiental Rural; e

8. **Caso seja** necessário a inserção de medidas devem ser observados os requisitos do checklist de Retificação Extrajudicial.

9. **Caso seja necessário a averbação da especialidade subjetiva, ou, nos documentos apresentados não conste a qualificação completa do adquirente, deve ser apresentada a cópia dos documentos de identificação pessoal pertinente.**

EMOLUMENTOS DEVIDOS PELO REGISTRO DA ADJUDICAÇÃO

De acordo com a Lei Complementar n. 755/2019 do Estado de Santa Catarina, a cobrança dos emolumentos para o ato de registro se dá com base no item 2.2, e para atos de averbação de especialidade objetiva ou subjetiva de acordo com o item 2.1, ambos da Tabela III - Atos do Oficial de Registro de Imóveis.